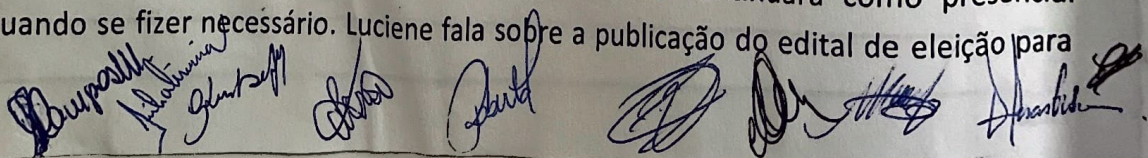


Santa Luzia, quatro de maio de dois mil e vinte e um. Ata referente à reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada no auditório da Secretaria Municipal de Educação na Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Estiveram presentes: Luciene Gonzaga Secretária executiva dos conselhos, Andréia Carvalho da APAE atualmente como Presidente do Conselho, Romana Cristina Sena Dias Secretária Executiva dos Conselhos, Gleide Junia Cruz Faedda da Divina Providência São Cosme, Diego A. Alves da CERDAD, Adriana Ferreira Martins – Divina Providência Adeodato, Mauro Adão da Fonseca da Creche Nossa Senhora da Paz, Maria Veriana Batista S. Puff da Creche Irmã Fabíola, Gleuber Antônio da Secretaria de Finanças, Vânia Andrade Raste Moreira do Instituto Educação Fé e Alegria, Bruna Cristina M. Mathias Santos do GADA, Macgayver Kelven da Secretaria de Esportes, Gisele F. C. Mendes da Creche Padre Germano, Rafaella Oliveira Velosoda Creche Comunitária Leonardo F. Franco, Elisiane Carolina Duarte da Segurança pública, Júlio César C. Oliveira Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Elizabetee Alexandre Augusto do Instituto São Gerônimo, Lidiane Roberta A. Silva da Secretaria de Educação. A reunião iniciou às nove horas e dez minutos com quórum. A Presidente Andréia iniciou a reunião apresentando-se, dando seguimento Romana iniciou com a leitura da ata da última reunião extraordinária ocorrida em vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte um, para conhecimento e posterior assinatura dos membros participantes. Andréia mencionou a respeito das resoluções publicadas no período de fevereiro à abril/2021 que foram deliberadas de forma remota devido a situação de calamidade pública por covid-19 e aos decretos relativos a proibição de aglomeração a fim de evitar disseminação do vírus, retornou a palavra a Romana para leitura das resoluções 003/21 até 042/21 para conhecimento de todos para discussão e deliberação em plenária. Romana ressalta que devido a publicação de vários decretos publicados irá verificar qual decreto estava vigente no momento da resolução e fará devidas identificação “onde se lê, lê se”, sendo ratificadas a favor por unanimidade. Andréia dando prosseguimento a reunião solicita deliberação sobre a condução das reuniões ordinárias para ano de 2021 e coloca em pauta para deliberação em plenária, Maria Veriana manifesta a favor para que retorne de forma presencial, Mauro se manifesta a favor de forma presencial, porém com ressalva que caso ocorra aumento no número de casos ou novo decreto publicado proibindo, aconteça de forma remota. Daniel apoia presencial e sugeri sistema híbrido de reunião, presencial com transmissão através de plataforma como a Google Meet, possibilitando acesso a todos, ficando deliberado favorável por unanimidade a continuidade das reuniões presenciais com número reduzido como prevê a atual situação pandêmica e enquanto perdurar essa situação de calamidade. Relativo as reuniões extraordinárias continuará como presencial quando se fizer necessário. Luciene fala sobre a publicação do edital de eleição para



representante do CMDCA, dando ciência a todos os presentes a respeito da prorrogação do mandato atual devido a pandemia, deliberado a favor por unanimidade em janeiro/21, por um período de três meses que findaria nesse mês de maio, coloca em votação se essa prorrogação seria estendida levando em consideração que durante período da eleição ficaria sem nenhum representante. Explica que de acordo com legislação essa prorrogação está prevista e pode ser utilizada com único intuito de não haver prejuízos para comunidade atendida pelas instituições. Veriana ressalta que está a favor da prorrogação, que eleição aconteça com votação na próxima reunião presencial para eleger novo representante, dessa forma possibilitando a posse antes que se encerre essa atual prorrogação do mandato, fica deliberada a favor por unanimidade por mais três meses a prorrogação do mandato da atual representante do CMDCA. Júlio César sugeri a possibilidade de que a solenidade da posse do novo representante eleito aconteça durante a Conferência da Assistência Social, sendo deliberado a favor por unanimidade. Júlio Cesar relata sobre o projeto do passe livre estudantil com utilização de recurso próprio, uma grande conquista para nosso município, Dr^a Ana Clara Paiva Gabrich ressalta a importância de ser implantado de forma bastante estruturada e planejamento minucioso para que perpetue, tendo em vista que o investimento é bastante significativo e facilitaria o acesso as escolas dos alunos que residem em regiões mais afastadas e que não tem condições socioeconômicas favoráveis. Luciene fala sobre as renovações e inscrições das instituições no CMDCA, publicado em 20 de abril/2021 a Resolução 032/2021 de 19 abril/2021 do CNAS que prorroga o prazo de renovação das inscrições das instituições nos conselhos assistenciais até 31 de dezembro/2021 ou enquanto perdurar a calamidade pública de saúde pública, será feito a emissão de certificado com validade para 30 dias por recomendação jurídica, a instituição pode fazer nova solicitação caso se faça necessário. Júlio reforça que devido ao atual momento pandêmico, muitas instituições podem encerrar seu atendimento, explica que será realizada as visitas técnicas para validar quais instituições permanecem em funcionamento para emissão do certificado. Luciene explica que a inscrição é permanente e que o certificado é que tem validade determinada. Ainda de acordo com a Resolução 032/2021 de 19 abril/2021 do CNAS, vale ressaltar que as instituições deverão entregar as documentações solicitadas através de Edital assim que encerrar o período de prorrogação. As solicitações de inscrição nos conselhos será agendado uma reunião com conselheiros para abertura dos envelopes e avaliação da documentação entregue dentro do prazo previsto em Edital. Andréia coloca em pauta para deliberação em plenária sobre como será a Conferência da Assistência Social que está prevista para acontecer em agosto/2021, Joicele fala da possibilidade da conferência de forma on-line, favorecendo uma maior participação por parte dos representantes das instituições, porém Romana ressalta

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

que seria inviável, levando em consideração que uma parcela considerável dos representantes não possuem acesso a internet de qualidade. Júlio explica que a Conferência da Assistência Social precisa ser presencial respeitando limite de pessoas e sugere a possibilidade de se criar polos em algumas das instituições e dessa forma resolvendo a questão de quantidade de pessoas e espaços disponíveis, possibilitando que acesso seja ampliado. Ficando deliberado a favor por unanimidade Conferência da Assistência Social presencial com local a ser definido e comunicado a todos. Andreia passa a palavra a Elizabete do Instituto São Jerônimo que solicitou permissão para manifestar acerca das dificuldades da instituição em receber adolescentes do sexo masculino com idade entre 12 a 18 anos e menciona da decisão por parte da instituições em encerrar seu convênio com a Prefeitura de Santa Luzia. Elizabete menciona que a instituição tem passado por várias dificuldades no atendimento a adolescentes do sexo masculino com idade entre 12 a 18 anos, enviou ofício ao CMDCA comunicando que não continuariam a prestar atendimento a adolescentes do sexo masculino com idade entre 12 e 18 anos e aqueles que por ventura houvesse cometido algum tipo de ato infracional, manteria os atendimentos para crianças ambos sexos com idade 0 a 12 anos e adolescentes do sexo feminino faixa etária de 12 a 18 anos como já vem sendo feito. Elizabete relatou que valor destinado a instituição por parte do convênio com prefeitura de Santa Luzia não é suficiente para atendimento. Elizabete ressalta que após avaliação das adequação solicitadas pelo município, ficou decidido pelos os colaboradores do Instituto São Jerônimo em reunião a não continuidade do convênio com Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Andréia explica que se faz necessário mencionar para esclarecimento que o Instituto São Jerônimo presta atendimentos em duas vertentes: abrigamento e creche, que o encerramento do convenio é relativo ao abrigo, que a creche continua com atendimento uma vez que esta é credenciada na secretaria de educação. Alexandre que veio juntamente com Elizabete fala da frustração quanto ao encerramento desse convênio e da preocupação com os prejuízos para os atendidos. Ana Clara esclarece que a instituição participou de várias reuniões com principal intuito de solucionar esses empasses, reforça que inclusive aconteceu uma reunião no gabinete do prefeito com participação do vice-prefeito e representante da câmara municipal, juntamente com a presidente do conselho e alguns membros, relata foi alinhado alguns pontos e outros contrapontos que estão em outros âmbitos. Ana Clara relata de sua surpresa ao receber através do WathsApp o comunicado por parte da instituição que não mais prestaria atendimentos relativos ao descrito acima, menciona que foi solicitado por parte do conselho que a instituição formalizasse sua decisão através de ofício. Ana Clara ressalta que devido a fragilidade da situação e as recusas por parte da instituição em acolher alguns encaminhamentos do próprio Conselho Tutelar, foi acionado a procuradoria para maiores orientações em como

proceder, sendo orientado que município tem por obrigação prestar esse atendimento não podendo em hipótese alguma se esquivar dessa responsabilidade. Ana Clara também explica que devido a decisão da instituição em alterar seu estatuto de atendimento e não prestação do serviço aos jovens do sexo masculino na faixa etária de 12 a 18 anos, se fez necessário abertura de edital em abril do ano corrente onde duas instituições candidataram para credenciamento para prestação do serviço de abrigamento dos atendidos, sendo uma delas o Instituto São Jeronimo que infelizmente não atendeu ao edital. Júlio reforça que esse edital foi aberto justamente porque a instituição optou por encerrar o convenio de abrigo e que a prefeitura tem responsabilidades para com essas crianças e adolescentes e não pode se esquivar de prestar o atendimento. Elizabete fala de sua insatisfação na forma como conselho vem conduzindo a situação que sente que não há maior clareza. Adriana Martins explica que é recém chegada ao conselho e que participou ativamente nas últimas reuniões de avaliação, afirma que tudo foi feito de forma bastante clara e sem nenhum tipo de envolvimento emocional, até porque ela não conhecia absolutamente ninguém do Instituto São Jerônimo e dessa forma sendo totalmente imparcial na avaliação. Bruna fala da preocupação em como acontecerá a transferência dos atendidos após findar o convênio. Ana Clara explica que de acordo com informações contidas nas documentações, esse atendimento está previsto até final do mês de maio/2021, que se for desejo de algum representante que não seja conselheiro em acompanhar esse processo, fica autorizado mediando comunicado previamente. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a reunião às onze horas e 30 minutos, onde eu Gleide Junia da Cruz Faedda redigi e transcrevi a presente ata, que após lida e concordada será assinada por mim e por todos os presentes.

